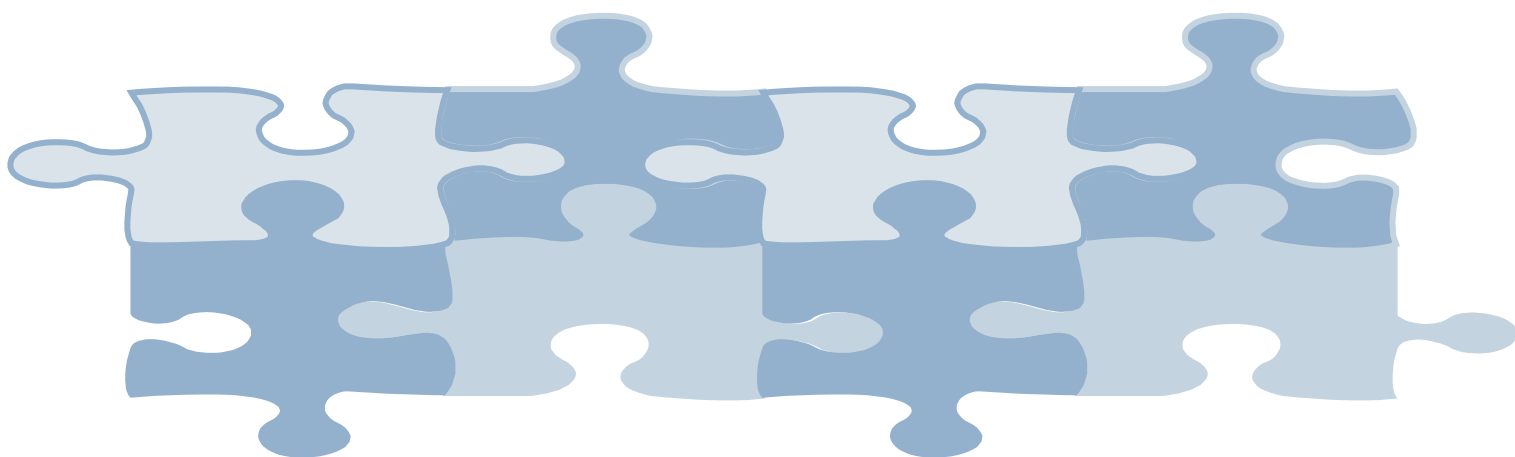


PROGRAMAÇÃO

Plano de Gestão de Riscos de
Corrupção e Infrações Conexas
da Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

100
**CEN
TÊN
ÁRIO**
MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA
1918 - 2018





Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

LISBOA 2018

Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e
Infrações Conexas da Direção-Geral de
Agricultura e Desenvolvimento Rural



REPÚBLICA
PORTUGUESA

AGRICULTURA, FLORESTAS
E DESENVOLVIMENTO RURAL

ÍNDICE

1.Introdução	- 3 -
2. Caracterização da DGADR	- 4 -
2.1.Missão, Visão, Valores, Atribuições	- 4 -
2.2. Estrutura Orgânica e Princípios Éticos	- 7 -
3.Recursos - humanos e financeiros	- 23 -
3.1. Recursos humanos	- 23 -
3.2. Recursos financeiros	- 24 -
4. Objetivos do Plano e abordagem metodológica	- 25 -
Enquadramento	- 25 -
Objetivos	- 25 -
5.Caracterização dos riscos e das medidas preventivas	- 26 -
5.1.Conceito de risco e de gestão de risco	- 26 -
5.2.Metodologia	- 26 -
5.3. A identificação dos riscos e das medidas preventivas por U.O.	- 27 -
6.Controlo e monitorização do Plano	- 50 -

1.Introdução

No âmbito da publicação da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 171, a qual criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), e com o objetivo de dar cumprimento às diferentes recomendações elaboradas por aquela entidade, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) elaborou em 2009 o Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (tendo presente a [Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção \(CPC\), n.º 1 de 2009](#), publicada no D.R., 2.ª Série, n.º 140, de 22 de julho – que recomenda aos diversos serviços da Administração Pública que gerem dinheiros, valores ou patrimónios públicos, a elaboração dos Planos de Gestão de Riscos e Infrações Conexas, onde fossem identificados os riscos de corrupção e indicadas as medidas preventivas da sua ocorrência e definidos os responsáveis pela sua aplicação) e procedeu à sua monitorização tendo sido elaborado um Relatório sobre a sua execução assim como um Código de Conduta da DGADR.

Sucedeu que, com a publicação do Decreto Regulamentar nº 32/2012, D. R. n.º 57, Série I, de 20 de março que aprovou a nova orgânica da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural tornou-se fundamental proceder-se ao ajustamento do Plano respeitando as novas atribuições e competências.

O presente documento representa o resultado de uma reflexão que envolveu as várias Unidades Orgânicas, sobretudo os seus dirigentes o que motivou no decurso da sua preparação uma análise crítica aos procedimentos em uso e a adotar futuramente.

O Plano apresenta-se como uma mais valia em termos de uma visão transversal de potenciais atos de corrupção e das medidas preventivas, ou seja para a implementação de uma gestão de riscos.

2. Caracterização da DGADR

2.1. Missão, Visão, Valores, Atribuições

Missão

A Direção-Geral tem por missão contribuir para a execução das políticas nos domínios:

- da regulação das atividades das explorações agrícolas, funcionando, junto da DGADR a Comissão de Acompanhamento do Licenciamento das Explorações Pecuárias (CALEP);
- dos recursos genéticos agrícolas;
- da qualificação dos agentes rurais e diversificação económica das zonas rurais;
- da gestão sustentável do território, funcionando, junto da DGADR, a Entidade Nacional da Reserva Agrícola Nacional; e
- do regadio sendo o serviço investido de Autoridade Nacional do Regadio.

Visão

Ser autoridade de excelência na área do regadio e do desenvolvimento rural

Valores

- COMPETÊNCIA
- TRANSPARÊNCIA
- INOVAÇÃO
- PARTILHA
- EQUIDADE

A DGADR é um organismo do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e a sua atividade rege-se pelo disposto no Decreto Regulamentar n.º 32/2012, de 20 de março, que aprovou a sua Lei Orgânica, bem como na Portaria nº303/2012, de 4 de outubro, no Despacho n.º 13434/2012, de 15 de outubro, e na Declaração de retificação nº 1387/2012, que estabelece as unidades orgânicas flexíveis da DGADR;

Atribuições:

- ✓ Contribuir para a formulação da estratégia, das prioridades e objetivos e participar na elaboração de planos, programas e projetos nas áreas da sua missão;
- ✓ Promover o desenvolvimento económico e social das zonas rurais, designadamente através da associação e qualificação dos agentes rurais, valorização e diversificação económica dos territórios, bem como da viabilização das explorações agrícolas e da dinamização de uma política de sustentabilidade dos recursos naturais, de estruturação fundiária, de proteção e valorização do solo de uso agrícola e do desenvolvimento dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- ✓ Representar o MAFDR em matérias relacionadas com a utilização da água na agricultura, participando na elaboração da política nacional da água e elaborando, coordenando, acompanhando e avaliando a execução do Plano Nacional dos Regadios;
- ✓ Criar e manter atualizado um sistema de informação sobre o regadio e sobre as infraestruturas que o sustentam;
- ✓ Promover a valorização e utilização dos recursos genéticos vegetais nacionais de espécies agrícolas, nomeadamente das variedades tradicionais inscritas no Catálogo Nacional de Variedades (CNV) como variedades de conservação, através da utilização nos modos de produção sustentáveis ou em regimes de qualidade e de diferenciação de produtos agrícolas e géneros alimentícios, com vista à obtenção de dimensão económica e à valorização dos territórios rurais;
- ✓ Coordenar as atividades técnicas inerentes à implementação de práticas e modos de produção sustentáveis;
- ✓ Definir as regras para o licenciamento das explorações pecuárias, considerando, designadamente, a vertente ambiental, e promover os respetivos sistemas de informação, em articulação com outras entidades.

ÁREAS DE ATIVIDADE	DIREÇÃO DE SERVIÇOS			
	DSIGA	DSPAA	DSTAR	DSR
Ambiente e Ordenamento			X	X
Arquivo e Documentação	X			
Associativismo Agrícola e Rural			X	
Bolsa de Terras		X		
Diretiva Nitratos		X		
Diversificação em Meio Rural			X	
Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica		X		
Estruturação Fundiária		X		
Formação Profissional			X	
Gasóleo Colorido e Marcado		X		
Gestão Financeira e Patrimonial	X			
Gestão webpage/intranet	X			
Mecanização Agrária		X		
Modos de Produção Sustentável e Valorização da qualidade		X		
NREAP - Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária		X		
Organização	X			
Planeamento	X			
RAN - Reserva Agrícola Nacional			X	
Recursos Genéticos		X		
Recursos Humanos	X			
Regadio e Aproveitamentos Hidroagrícolas				X
Relações Públicas, documentação e Atividade Editorial	X			
Recursos Hídricos		X		X
RRN - Rede Rural Nacional			X	
Sistemas de Informação	X			
SAAF - Sistema de Aconselhamento Agrícola e Florestal		X		
Solos, Cartografia e Informação Geográfica			X	
Valorização Agrícola de Lamas		X		
Valorização da Qualidade		X		

- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO (DSIGA)
- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA (DSPAA)
- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO TERRITÓRIO E AGENTES RURAIS (DSTAR)
- DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO REGADIO (DSR)

2.2. Estrutura Orgânica e Princípios Éticos

Estrutura Orgânica

De acordo com o disposto na Portaria n.º 303/2012, de 4 de outubro, e no Despacho n.º 13434/2012, de 15 de outubro a DGADR encontra-se estruturada nas seguintes unidades orgânicas:

- ✓ **DIREÇÃO**
- ✓ **DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO (DSIGA)**
 - Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH)
 - Divisão de Gestão Financeira (DGF)
 - Divisão de Planeamento e Gestão da Informação (DPGI)
- ✓ **DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA (DSPAA)**
 - Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)
 - Divisão da Qualidade e Recursos Genéticos (DQRG)
 - Divisão de Gestão dos Recursos Naturais (DGRN)
- ✓ **DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO TERRITÓRIO E AGENTES RURAIS (DSTAR)**
 - Divisão de Ordenamento do Espaço Rural (DOER)
 - Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo (DDAAFA)
- ✓ **DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO REGADIO (DSR)**
 - Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DIH)
 - Divisão de Engenharia Rural (DER)
 - Divisão do Regadio (DIR)

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)

Competências

À Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração, abreviadamente designada por DSIGA, compete:

- a) Desenvolver as ações necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respetivo cadastro, assim como no que se refere à coordenação do sistema de avaliação de desempenho dos dirigentes e trabalhadores e à sua formação e aperfeiçoamento profissional;
- b) Preparar os projetos de orçamento e assegurar a gestão e controlo orçamental, apoiar a gestão integrada dos recursos financeiros e garantir a elaboração da conta de gerência e o relatório financeiro anual;
- c) Assegurar a legalidade e regularidade das operações das receitas cobradas e das despesas efetuadas, a fiabilidade, integralidade e exatidão dos registos contabilísticos e garantir a organização e controlo do respetivo arquivo;
- d) Promover a simplificação, modernização e normalização de circuitos administrativos e processos de negócio, potenciadas pela adequada utilização das novas tecnologias da informação e das comunicações;
- e) Coordenar a elaboração e respetiva monitorização dos instrumentos de gestão integrados no ciclo anual de gestão, nomeadamente Plano e Relatório de Atividades, o Quadro de Avaliação e Responsabilização e assegurar a coordenação da tramitação interna das candidaturas financiadas por fundos comunitários, cuja execução seja da responsabilidade da DGADR;
- f) Assegurar a gestão, a segurança e o eficiente funcionamento da infraestrutura de recursos das tecnologias da informação e das comunicações, dos dados e das aplicações informáticas, bem como desenvolver os sistemas aplicativos de disponibilização de informação e serviços nos espaços *web* intra e extra-organização;
- g) Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente e coordenar a divulgação da informação, a gestão do serviço de documentação assim como as ações de informação e relações públicas;
- h) Assegurar a gestão, manutenção, conservação e segurança do património, instalações e equipamentos e executar as funções de aprovisionamento e economato.

Divisão de Gestão Financeira (DGF)

Competências

À Divisão de Gestão Financeira, abreviadamente designada por DGF, compete:

- a) Preparar os projetos de orçamento e assegurar a gestão e controlo orçamental;
- b) Promover a gestão integrada dos recursos financeiros e garantir a elaboração da conta de gerência e do relatório financeiro anual da gestão efetuada;
- c) Assegurar a legalidade e regularidade das operações das receitas cobradas e das despesas efetuadas, a fiabilidade, integralidade e exatidão dos registos contabilísticos e garantir a organização e controlo do respetivo arquivo;
- d) Assegurar a execução orçamental e financeira e prestação de contas dos projetos cofinanciados;
- e) Identificar e atualizar o cadastro de bens e da frota automóvel da DGADR;
- f) Assegurar as funções de aprovisionamento e economato.

Divisão de Organização e Recursos Humanos (DORH)

Competências

À Divisão de Organização e Recursos Humanos, abreviadamente designada por DORH, compete:

- a) Desenvolver as ações necessárias à organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos e respetivo cadastro assim como no que se refere à sua formação e aperfeiçoamento profissional, elaborar o balanço social e a atualização do Sistema de Informação da Organização do Estado;
- b) Assegurar o processamento de vencimentos, remunerações e outros abonos;
- c) Promover a realização de ações referentes à racionalização, simplificação, modernização e normalização de circuitos administrativos e processos de negócio com vista a uma maior eficiência, eficácia, economia, sustentabilidade e responsabilidade social potenciadas pela adequada utilização das novas tecnologias da informação e das comunicações;
- d) Coordenar o processo de aplicação na DGADR dos subsistemas 2 e 3, do sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública (SIADAP);
- e) Organizar e aplicar um sistema de registo, acompanhamento, controlo e arquivo do expediente;
- f) Assegurar a execução das normas sobre condições ambientais, de higiene e de segurança no trabalho.

Divisão de Planeamento e Gestão da Informação (DPGI)

Competências

À Divisão de Planeamento e Gestão da Informação, abreviadamente designada por DPGI, compete:

- a) Coordenar a elaboração e respetiva monitorização dos instrumentos de gestão integrados no ciclo anual de gestão, nomeadamente Plano e Relatório de Atividades e o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR);
- b) Assegurar a gestão e o eficiente funcionamento da infraestrutura de recursos das tecnologias da informação e das comunicações, colaborando com a DGF na permanente atualização do cadastro destes recursos;
- c) Conceber, estruturar e desenvolver os sistemas aplicacionais de disponibilização de informação e serviços nos espaços web intra e extra organização;
- d) Coordenar a divulgação da informação produzida pela DGADR promovendo a sistemática e permanente atualização dos espaços Web;
- e) Assegurar a gestão do serviço de documentação, garantindo a edição, circulação e divulgação da informação produzida pela DGADR nos seus variados suportes;
- f) Programar, preparar e executar as ações de informação e relações públicas e divulgação da atividade da DGADR;
- g) Conceber e gerir as bases de dados, nomeadamente a de apoio ao sistema de cartões para usufruto do Benefício Fiscal ao gasóleo;
- h) Coordenar a tramitação interna das candidaturas financiadas por fundos comunitários, cuja execução seja da responsabilidade da DGADR.

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)

Competências

À Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola, abreviadamente designada por DSPAA, compete:

- a) Incentivar a integração da componente ambiental na atividade das explorações agrícolas, assegurando a produção de normativos de boas práticas agrícolas e de modos de produção sustentáveis, a introdução de novas tecnologias e a divulgação do conhecimento, nomeadamente através do sistema de aconselhamento agrícola;
- b) Promover a dinamização do mercado da terra, através da promoção do uso das terras, do arrendamento rural, da transmissão da exploração e do redimensionamento;
- c) Realizar os estudos necessários à certificação e homologação de máquinas agrícolas, assim como assegurar a coordenação do Benefício Fiscal ao gasóleo;
- d) Promover a caracterização dos recursos genéticos vegetais nacionais com potencial interesse para o País com vista à sua proteção, promoção e utilização sustentada;
- e) Valorizar a qualidade e promover a diferenciação de produtos agrícolas e agroalimentares, assegurando nomeadamente a coordenação do sistema de controlo e certificação dos modos de produção agrícola e dos produtos agroalimentares qualificados;
- f) Definir as normas técnicas e instrumentos de apoio ao processo de licenciamento necessários à aplicação do regime de exercício da atividade pecuária (REAP) e apoiar a coordenação da Comissão de Acompanhamento do Licenciamento da Exploração Pecuária (CALEP);
- g) Promover um uso de água mais eficiente e eficaz, nomeadamente através da implementação de um sistema de avisos de rega;
- h) Contribuir para a implementação de normas de proteção contra a poluição dos solos e da água, propondo as necessárias medidas preventivas e de correção.

Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas (DAEA)

Competências

À Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas, abreviadamente designada por DAEA, compete:

- a) Incentivar o desenvolvimento e disseminação de boas práticas agrícolas, de outras formas de integração da componente ambiental na atividade agrícola e de introdução de novas tecnologias na produção agrícola;
- b) Gerir e desenvolver o sistema de aconselhamento agrícola;
- c) Elaborar documentos técnicos de apoio à prática da produção integrada e da produção primária do modo de produção biológico;
- d) Assegurar a disponibilização de informação técnica aos agricultores de forma a incrementar a sua adesão, a modos de produção sustentáveis;
- e) Desenvolver os conteúdos de formação dos agentes do desenvolvimento agrícola e rural, designadamente no âmbito da formação dos técnicos responsáveis pela disseminação de boas práticas agrícolas;
- f) Promover a dinamização do mercado da terra, através da transmissão da exploração, arrendamento rural, redimensionamento e gestão da bolsa de terras;
- g) Realizar os estudos necessários à certificação e ou homologação de máquinas agrícolas assim como assegurar a coordenação do Benefício Fiscal ao gasóleo.

Divisão da Qualidade e Recursos Genéticos (DQRG)

Competências

À Divisão da Qualidade e Recursos Genéticos, abreviadamente designada por DQRG, compete:

- a) Dinamizar o sistema nacional de valorização da qualidade e diferenciação de produtos agrícolas e agroalimentares, integrando os regimes atualmente existentes (MPB; PRODI; DOP/IGP/ETG) e outros a criar;
- b) Promover a operacionalização de disposições específicas regulamentares relativas aos regimes de qualidade, coordenar o sistema de controlo destes regimes e contribuir para a avaliação de programas de apoio;

- c) Contribuir para a definição das regras da política de valorização da qualidade dos produtos agrícolas, em articulação com o Gabinete de Planeamento e Políticas;
- d) Promover a proteção dos recursos genéticos vegetais nacionais com potencial interesse para o país nomeadamente a sua identificação e caracterização, com vista à sua valorização e utilização sustentada;
- e) Acompanhar os processos tendentes à inscrição das variedades de conservação no Catálogo Nacional de Variedades e promover a sua utilização.

Divisão de Gestão dos Recursos Naturais (DGRN)

Competências

À Divisão de Gestão dos Recursos Naturais, abreviadamente designada por DGRN, compete:

- a) Promover e coordenar a implementação da diretiva «Nitratos de origem agrícola» e «Proteção das massas de água contra a poluição causada por certas substâncias perigosas»;
- b) Promover a proteção e as boas práticas na utilização da água destinada a fins agrícolas, propondo as necessárias medidas preventivas e de correção;
- c) Promover a implementação de um sistema de avisos de rega;
- d) Definir, em colaboração com outros organismos do MAMAOT, procedimentos, normas técnicas e instrumentos de apoio ao processo de licenciamento, necessários à aplicação do regime de exercício da atividade pecuária (REAP) e promover os respetivos sistemas de informação;
- e) Promover e coordenar a implementação da diretiva relativa à proteção dos solos, na utilização agrícola de lamas de depuração;
- f) Promover, em colaboração com as direções regionais de agricultura e pescas, a correta utilização dos corretivos orgânicos na agricultura.

Direção de Serviços do Território e Agentes Rurais (DSTAR)

Competências

À Direção de Serviços do Território e Agentes Rurais, abreviadamente designada por DSTAR, compete:

- a) Promover a consolidação do tecido produtivo das zonas rurais, acompanhar iniciativas promotoras de crescimento económico, de diversificação de atividades, criação de micro-empresas e de serviços de apoio à população rural;
- b) Coordenar a Rede Rural Nacional e promover a constituição de outras redes de cooperação económica e de comunicação, com o objetivo de contribuir para a dinamização da economia agrícola e rural;
- c) Fomentar a consolidação do associativismo;
- d) Assegurar o planeamento e execução da formação técnica no âmbito das áreas funcionais da DGADR e a inserção profissional dos agentes do desenvolvimento agrícola e rural;
- e) Coordenar o processo de integração e promoção dos interesses sectoriais da agricultura no território e na sua interceção com planos, projetos ou infraestruturas de utilidade pública, de acordo com os Instrumentos de Gestão Territorial;
- f) Promover e coordenar as medidas e ações relativas à Reserva Agrícola Nacional e à proteção dos solos, visando a sua conservação e defesa;
- g) Promover a realização de estudos agro-socioeconómicos, ambientais e de integração paisagística nas áreas da competência da DGADR e coordenar a implementação das medidas de compensação e minimização;
- h) Promover os estudos de classificação de terras e colaborar com as entidades tutelares de cartografia no desenvolvimento de cartografia temática.

Divisão do Ordenamento do Espaço Rural (DOER)

Competências

À Divisão do Ordenamento do Espaço Rural, abreviadamente designada por DOER, compete:

- a) Coordenar o processo de integração e promoção dos interesses sectoriais da agricultura no território e na sua interceção com outros planos, projetos ou infraestruturas de utilidade pública, nomeadamente acompanhar o processo de revisão e elaboração dos planos regionais, municipais e especiais de ordenamento do território;

- b) Assegurar a articulação das matérias relativas à área do ambiente e ordenamento nos diferentes setores da DGADR, garantindo a integração da componente ambiental em programas, projetos, estudos e ações;
- c) Coordenar as medidas e ações relativas à Reserva Agrícola Nacional, visando a sua conservação, defesa e assegurando o apoio necessário à Entidade Nacional;
- d) Promover ou acompanhar estudos agrossocioeconómicos, de classificação das terras, de impacto ambiental, de integração paisagística ou outros nas áreas da competência da DGADR e coordenar a implementação das medidas de compensação e minimização nas áreas dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- e) Assegurar a tramitação processual da matéria relacionada com o património da Ex-Junta de Colonização Interna;
- f) Assegurar a elaboração e divulgação de cartas temáticas da responsabilidade da DGADR, nomeadamente na promoção e acompanhamento da elaboração das cartas de solos e respetivas cartas interpretativas, e outras de aptidão para usos específicos, assegurando a defesa e conservação do recurso do solo;
- g) Assegurar o apoio cartográfico à DGADR no âmbito das suas competências, na salvaguarda dos interesses agrícolas no território;
- h) Colaborar com as entidades tutelares de cartografia, nacionais e internacionais, no desenvolvimento de cartografia temática, assim como assegurar a participação no Conselho Coordenador de Cartografia.

Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo (DDAAFA)

Competências

À Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo, abreviadamente designada por DDAAFA, compete:

- a) Promover e acompanhar iniciativas promotoras da diversificação de atividades, de criação de emprego e da igualdade de oportunidades em meio rural, em especial no âmbito do turismo rural, iniciativas de recuperação de atividades tradicionais, criação de micro empresas e de serviços de apoio à população rural, tendo em vista a consolidação do tecido produtivo das comunidades rurais;

- b) Coordenar a Rede Rural Nacional e promover a constituição de outras redes de cooperação económica e de comunicação, com o objetivo de contribuir para a dinamização da economia agrícola e rural;
- c) Contribuir para a definição de medidas de política e de regulamentação enquadradoras da criação e desenvolvimento de iniciativas empresariais em meio rural;
- d) Participar ou promover iniciativas que valorizem os territórios rurais, tendo como base a especificidade dos seus recursos, em particular dos seus produtos e saberes;
- e) Promover os territórios rurais através, nomeadamente, de ações de qualificação das zonas rurais, de preservação e valorização do património rural e de criação de itinerários temáticos;
- f) Assegurar o planeamento e execução da formação técnica no âmbito das áreas funcionais da DGADR e a inserção profissional dos agentes do desenvolvimento agrícola e rural;
- g) Fomentar a consolidação do associativismo agrícola nomeadamente através de um adequado regime jurídico e de um sistema de informação nacional.

Direção de Serviços do Regadio (DSR)

Competências

À Direção de Serviços do Regadio, abreviadamente designada por DSR, compete:

- a) Promover e acompanhar a elaboração dos estudos e dos projetos de execução de infraestruturas coletivas de distribuição de água para rega, de drenagem, emparcelamento integral e de caminhos rurais, no âmbito da construção de novos aproveitamentos hidroagrícolas ou na reabilitação e modernização dos já existentes;
- b) Assegurar as intervenções necessárias nas barragens integradas em aproveitamentos hidroagrícolas de forma a garantir o cumprimento da legislação em vigor relativamente à segurança destas infraestruturas;
- c) Preparar e promover os concursos de todas as obras da responsabilidade da DGADR, incluindo a tramitação necessária às adjudicações, assinatura de contratos e todas as restantes ações subsequentes;
- d) Realizar todas as ações necessárias às expropriações e indemnizações decorrentes das obras da responsabilidade da DGADR e promover processos de declaração de utilidade pública (DUP);

- e) Representar a DGADR em conselhos, comissões e grupos de trabalho relacionados com a utilização da água na agricultura;
- f) Promover a transferência da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas para as entidades concessionárias através das formas previstas na legislação e zelar pela preservação e integridade das infraestruturas hidroagrícolas, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais por parte das entidades gestoras, designadamente ao nível dos instrumentos de gestão;
- g) Coordenar o processo de gestão da água nos aproveitamentos hidroagrícolas, assegurando a sua articulação com a gestão dos recursos hídricos nacionais, e propor medidas que conduzam a uma maior eficiência da água nas áreas beneficiadas;
- h) Acompanhar e concluir as ações de emparcelamento integral;
- i) Garantir e disponibilizar informação atualizada sobre o regadio.

Divisão de Infraestruturas Hidráulicas (DIH)

Competências

À Divisão de Infraestruturas Hidráulicas, abreviadamente designada por DIH, compete:

- a) Promover e acompanhar a elaboração dos estudos e dos projetos de execução das redes coletivas de distribuição de água para rega, de drenagem e de caminhos rurais, no âmbito da construção de novos aproveitamentos hidroagrícolas ou na reabilitação e modernização dos já existentes;
- b) Promover e acompanhar a elaboração de estudos e projetos de infraestruturas hidráulicas e controlar a segurança das barragens dos aproveitamentos hidroagrícolas existentes ou a construir;
- c) Estabelecer normas de qualidade mínima a que deve obedecer a execução dos trabalhos mais frequentes na construção de redes de rega, de drenagem e de caminhos;
- d) Colaborar com as autoridades do domínio hídrico nos estudos, projetos e obras de infraestruturas hidráulicas primárias relativas aos aproveitamentos de fins múltiplos e das obras de regularização fluvial com influência em solos agrícolas;
- e) Promover a classificação quanto à classe de risco das barragens integradas em aproveitamentos hidroagrícolas assegurando as necessárias intervenções de forma a garantir o cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens;

- f) Criar e manter uma base de dados relativa às barragens integradas em Aproveitamentos Hidroagrícolas, nomeadamente no que diz respeito a dados de observação;
- g) Assegurar a supervisão e controlo das condições de funcionamento e do cumprimento das normas de segurança relativas às estações elevatórias, centrais hidroelétricas e outros equipamentos hidromecânicos ou eletromecânicos;
- h) Colaborar com as entidades gestoras dos aproveitamentos hidroagrícolas na assistência técnica relativa à manutenção e exploração das infraestruturas de rega.

Divisão de Engenharia Rural (DER)

Competências

À Divisão de Engenharia Rural, abreviadamente designada por DER, compete:

- a) Preparar e promover os concursos de todas as obras da responsabilidade da DGADR, incluindo a tramitação necessária às adjudicações, assegurando o controlo financeiro das mesmas;
- b) Coordenar e ou fiscalizar os trabalhos no âmbito das empreitadas adjudicadas pela DGADR;
- c) Realizar todos os atos necessários à receção e liquidação das obras a cargo da DGADR;
- d) Apoiar as direções regionais de agricultura e pescas e demais entidades promotoras de projetos de regadio, no lançamento de concursos, no acompanhamento das empreitadas e no processamento das despesas com elas relacionadas;
- e) Realizar todas as ações necessárias às expropriações e indemnizações decorrentes das obras da responsabilidade da DGADR e promover os processos de declaração de utilidade pública (DUP);
- f) Promover todos os trabalhos topográficos necessários à elaboração de projetos, à implantação das obras de infraestruturas e dos novos prédios resultantes de recomposição fundiária, da responsabilidade da DGADR ou solicitados por outros organismos do MAMAOT;
- g) Realizar nivelamentos de precisão para controlo de segurança das barragens da responsabilidade da DGADR.

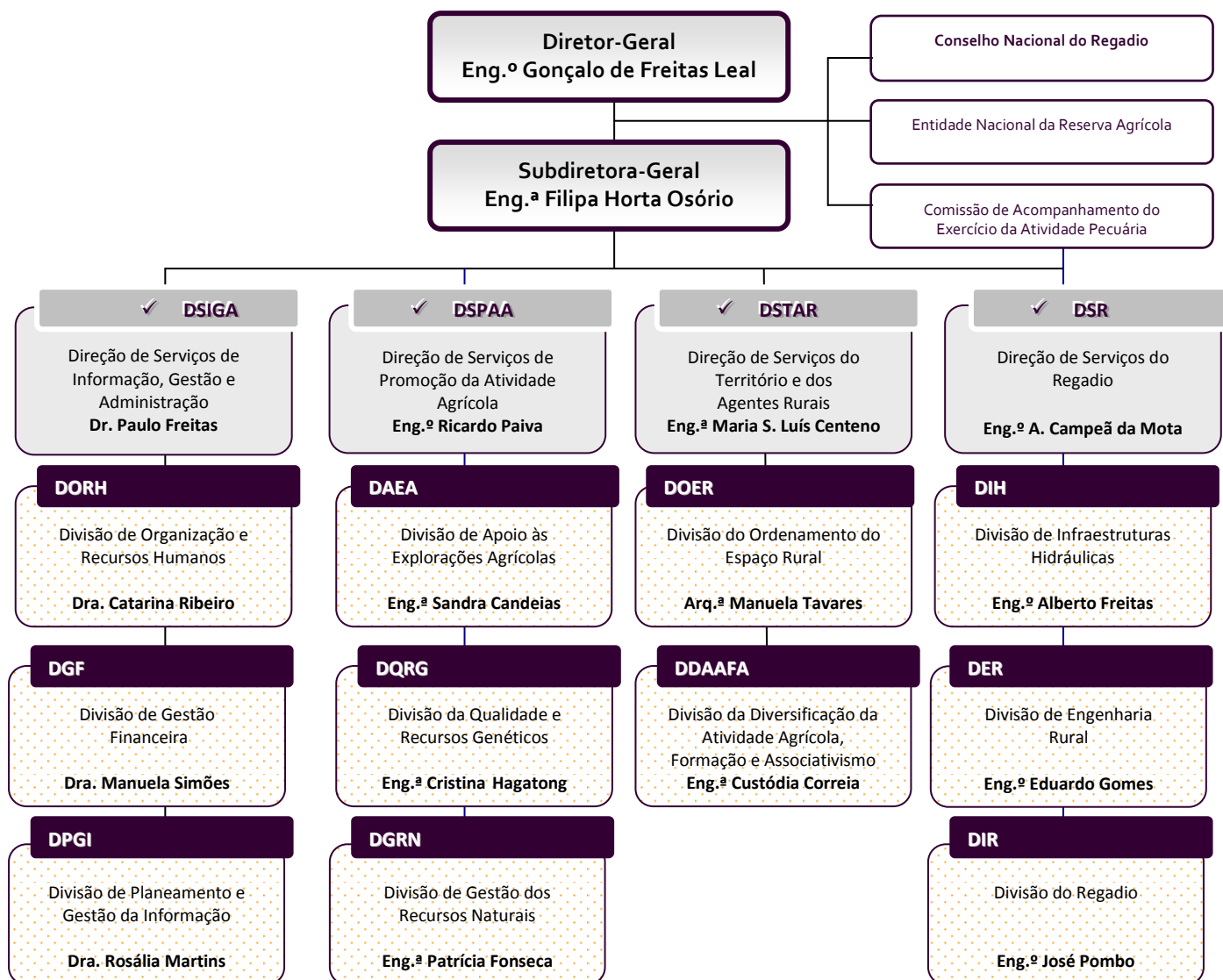
Divisão do Regadio (DIR)

Competências

À Divisão do Regadio, abreviadamente designada por DIR, compete:

- a) Analisar os principais condicionalismos locais que possam impedir o normal desenvolvimento dos trabalhos de infraestruturação de novas áreas de regadio, apresentando propostas de solução alternativas;
- b) Coordenar os contactos com as entidades públicas ou privadas envolvidas nas áreas sujeitas a intervenção no âmbito hidroagrícola, identificando os respetivos proprietários e explorações agrícolas;
- c) Coordenar o processo de gestão da água nos aproveitamentos hidroagrícolas, assegurando a sua articulação com a gestão dos recursos hídricos nacionais, e propor medidas que conduzam a uma maior eficiência da água nas áreas beneficiadas;
- d) Emitir parecer sobre os processos de homologação e reconhecimento da constituição das entidades de carácter associativo no âmbito dos aproveitamentos hidroagrícolas nos termos constantes da respetiva legislação;
- e) Promover a transferência da gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas para as entidades concessionárias através das formas previstas na legislação;
- f) Zelar pela preservação e integridade das infraestruturas hidroagrícolas, assim como pelo cumprimento das obrigações contratuais por parte das entidades gestoras dos aproveitamentos hidroagrícolas, designadamente ao nível dos instrumentos de gestão;
- g) Assegurar a boa execução das obras de modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas da responsabilidade das entidades gestoras, de acordo com prévio contrato-programa;
- h) Garantir a atualização do Sistema de Informação do Regadio (SIR).

ORGANOGRAMA



Princípios Éticos da Administração Pública

A DGADR, os seus dirigentes e colaboradores regem a sua atividade pelos princípios éticos da administração Pública:

1.º - Princípio do Serviço Público

Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

2.º - Princípio da Legalidade

Os funcionários atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

3.º - Princípio da Justiça e da Imparcialidade

Os funcionários, no exercício da sua actividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

4.º - Princípio da Igualdade

Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social.

5.º - Princípio da Proporcionalidade

Os funcionários, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da actividade administrativa.

6.º - Princípio da Colaboração e da Boa Fé

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa Fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa.

7.º - Princípio da Informação e da Qualidade

Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

8.º - Princípio da Lealdade

Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

9.º - Princípio da Integridade

Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de caráter.

10.º - Princípio da Competência e Responsabilidade

Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

3. Recursos - humanos e financeiros

3.1. Recursos humanos

Para o ano de 2019 os postos de trabalho planeados são os seguintes:

	DIREÇÃO	DSIGA	DSPAA	DSTAR	DSR	TOTAL
DIREÇÃO SUPERIOR	2					2
DIREÇÃO INTERMÉDIA		4	4	3	4	15
TÉCNICO SUPERIOR	3	16	26	27	44	116
ESPECIALISTA DE INFORMÁTICA		6				6
TÉCNICO DE INFORMÁTICA		4		3		7
COORDENADOR TÉCNICO		1				1
ASSISTENTE TÉCNICO	3	18	6	3	9	39
ASSISTENTE OPERACIONAL		2			4	6
FISCAL DE OBRAS					3	3
TOTAL	8	51	36	36	64	195

3.2. Recursos financeiros

Orçamento de Funcionamento - FF 111 e 123	
Rubrica	Dotação
Remunerações certas e permanentes	4.625.519
Abonos variáveis ou eventuais	48.560
Segurança social	1.102.381
Aquisição Bens e Serviços Correntes	1.678.780
Encargos Correntes da Dívida	1.000
Transferências correntes	100.200
Outras Despesas Correntes	1.197.221
Despesas de capital	1.746.310
TOTAL	10.499.971

Projetos - Funcionamento FF159, 212, 252 e 280	
Rubrica	Dotação
Remunerações certas e permanentes	202.168
Abonos variáveis ou eventuais	57.357
Segurança social	30.000
Aquisição Bens e Serviços Correntes	1.094.309
Transferências Correntes	1.303.344
Despesas de capital	19.512.103
TOTAL	22.199.281

	Financiamento Nacional	Outras Fontes	Total
Orçamento Funcionamento	10.499.971	0	10.499.971
Receitas Gerais	5.899.971		5.899.971
Receitas c/ Transição de saldos	4.600.000		4.600.000
Projetos	3.288.859	18.910.422	22.199.281
Total	13.788.830	18.910.422	32.699.252

Orçamento de Funcionamento		
Atividade	Montante de despesa em €	
Atividade 258	Gestão Administrativa	10.652.791
Receita	Receita Própria	4.600.000

4. Objetivos do Plano e abordagem metodológica

Enquadramento

Este Plano foi revisto e elaborado, tendo presente a estrutura proposta na [Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção \(CPC\), n.º 1 de 2009](#), publicada no D.R., 2.ª Série, n.º 140, de 22 de julho e encarado internamente não só como uma obrigação mas também como um instrumento de extrema utilidade para a gestão da DGADR.

Como regra, o processo de decisão utilizado na DGADR assenta na elaboração de propostas pelas estruturas técnicas competentes, acompanhadas pelos dirigentes diretos das mesmas, a que se segue, através do mecanismo da “Informação”, a emissão de pareceres e de propostas por parte do Chefe de Divisão e do Diretor de Serviços, cabendo a decisão à direção de topo da instituição.

Objetivos

- A identificação dos riscos de corrupção e infrações conexas e grau de risco associado relativamente a cada Direção de Serviços e Divisão;
- Identificação dos intervenientes;
- Proposta de medidas preventivas.

Deverá ser anualmente elaborado um relatório sobre a execução deste plano.

5. Caracterização dos riscos e das medidas preventivas

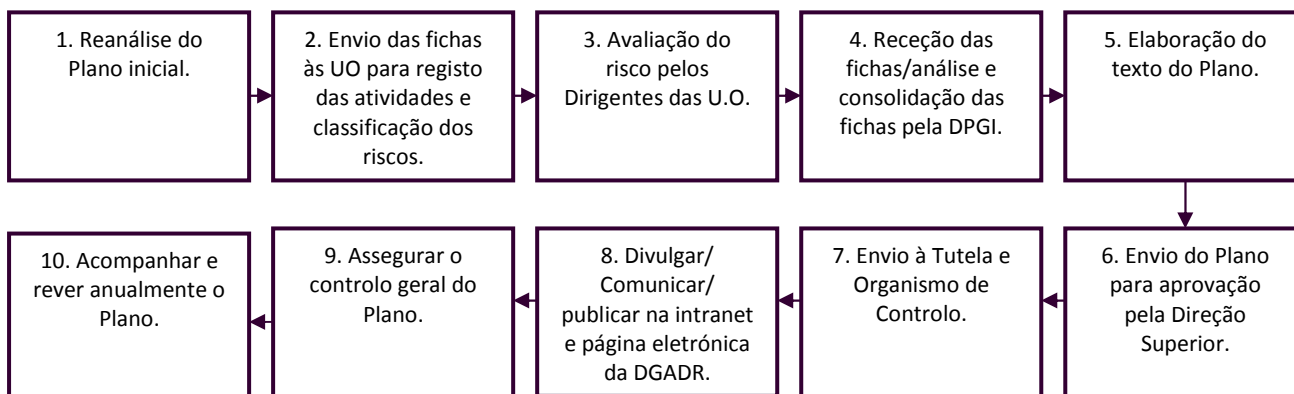
5.1. Conceito de risco e de gestão de risco

Segundo o documento “FERMA – Norma de Gestão de Riscos” “risco pode ser definido como a combinação da probabilidade de um acontecimento e das suas consequências¹. O simples facto de existir atividade, abre a possibilidade de ocorrência de eventos ou situações cujas consequências constituem oportunidades para obter vantagens (lado positivo) ou então ameaças ao sucesso (lado negativo)”.

A gestão de riscos é cada vez mais identificada como dizendo respeito aos aspetos positivos e negativos do risco. Por conseguinte, esta norma considera o risco nestas duas perspetivas.

A gestão do riscos é o elemento central na gestão da estratégia de qualquer organização. É o processo através do qual as organizações analisam metodicamente os riscos inerentes às respetivas atividades, com o objetivo de atingirem uma vantagem sustentada em cada atividade individual e no conjunto de todas as atividades. Os riscos que uma organização e respetivas atividades apresentam podem ter origem em fatores que podem ser externos ou internos à organização².

5.2. Metodologia



Legenda :

- **U.O.** – Unidade Orgânica ; **DPGI** – Divisão de Planeamento e Gestão da Informação

¹ ISO/IEC Guide 73

² In Norma de gestão de riscos, FERMA 2003

5.3. A identificação dos riscos e das medidas preventivas por U.O.

Os riscos identificados neste plano foram classificados em função da possibilidade da sua ocorrência e da gravidade da sua consequência. A identificação dos riscos associados às atividades desenvolvidas pelo conjunto das unidades orgânicas consta das tabelas que se apresentam em seguida. A classificação do grau ou nível de risco, resulta da interseção de dois fatores: a probabilidade de ocorrência e a gravidade das consequências ou impacto previsível.

Desta forma, para melhor compreensão adotou-se uma escala de risco com três níveis. Assim, o grau de risco será considerado **fraco**, **moderado** ou **elevado** consoante as diferentes combinações dos dois fatores considerados.

Matriz de Risco

<div>Probabilidade</div> <div>Gravidade</div>	Baixa	Média	Alta
Alta	Moderado	Elevado	Muito Elevado
Média	Fraco	Moderado	Elevado
Baixa	Fraco	Fraco	Moderado

Probabilidade de Ocorrência	Baixa	Média	Alta
Fatores de Graduação	Possibilidade de ocorrência mas com hipótese de impedir o evento com o controlo existente para a tratar.	Possibilidade de ocorrência mas com hipótese de impedir o evento através de decisões e ações adicionais.	Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipótese de impedir o evento mesmo com decisões e ações adicionais essenciais.
Gravidade da consequência	Baixa	Média	Alta
Fatores de Graduação	Dano na otimização do desempenho organizacional, exigindo nova calendarização das atividades/projetos. A situação de risco em causa não tem potencial para provocar prejuízos financeiros ao Estado, nem causadora de danos relevantes na imagem e operacionalidade da instituição.	Perda na gestão das operações, requerendo a redistribuição de recursos em tempo e em custos. A situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para o Estado e perturbar o normal funcionamento do organismo.	Prejuízo na imagem e reputação de integridade institucional, bem como na eficácia e desempenho da sua missão. Da situação de risco identificada podem decorrer prejuízos financeiros significativos para o Estado.

- Matriz de classificação adaptada e baseada nas classificações propostas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas de Portugal

Direção de Serviços de, Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DGF – Divisão de Gestão Financeira						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Processos de aquisição de bens e serviços /Aquisição de Bens e Serviços	Aquisições diversas ao mesmo fornecedor.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços;Chefe de Divisão; Técnicos da U.O.	Média	Média	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação de controlo de montantes totais adjudicados em ajustes diretos; - Melhoria dos procedimentos existentes visando o reforço das medidas de prevenção; - Aumento da rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços.
	Supressão dos procedimentos necessários/fases de realização de despesa (ex. cabimentação prévia e autorização da despesa pelo órgão competente).		Média	Média	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre as fases obrigatórias nos procedimentos de contratação.
	Repetição de procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano.		Baixa	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Maior exigência na planificação das atividades com a adequada antecedência (Plano de Atividades); melhoria do processo de gestão.
	Fracionamento da despesa.		Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Maior exigência na planificação das atividades com a adequada antecedência (Plano de Atividades); melhoria do processo de gestão.
	Desvio ou não fiscalização da quantidade e qualidade dos bens recebidos.		Média	Média	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Conferência física do inventário no final do ano.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DORH – Divisão de Organização e Recursos Humanos						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Processamento de vencimentos	Processamento incorreto de abonos/suplementos.	Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Média	Baixa	Fraco	- Segregação de funções; - Validações numéricas;
	Preenchimento incorreto dos boletins de itinerário das ajudas de custo.	Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Média	Baixa	Fraco	- Controlo da informação intermédia e final; - Manuais de procedimentos e notas internas.
Recrutamento e seleção	Falta de isenção e imparcialidade no recrutamento (critérios, métodos, ordenação).	Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.; membros do Júri.	Média	Média	Moderado	- Manuais de procedimentos; - Colegialidade na tomada de decisões (critérios, métodos, ordenação); - Rotatividade dos membros do júri; - Rotatividade dos técnicos da DORH na atribuição dos processos de recrutamento.
Receção, distribuição e expedição de documentos (Expediente)	Perda de documentos; Incumprimento de prazos; Acesso a informação confidencial/sensível.	Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Alta	Baixa	Moderado	- Manuais de procedimentos; - Rotatividade dos trabalhadores : - Polivalência de funções; - Ações de sensibilização dos trabalhadores sobre proteção de dados e deveres dos trabalhadores (ex: sigilo).
Gestão/atualização da informação e arquivo (RH)	Acesso a informação pessoal e incumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD);	Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Alta	Baixa	Moderado	- Manuais de procedimentos; - Ações de sensibilização dos trabalhadores sobre deveres e RGPD; - Harmonização de procedimentos /processos.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DORH – Divisão de Organização e Recursos Humanos						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Controlo da Assiduidade	Registo de ausências como horas de trabalho.	Dirigentes; Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Média	Média	Moderado	- Regulamento de horário de trabalho DGADR; - Manual da assiduidade; - Ações de Sensibilização/formação.
Organização da formação	Discrecionariedade no tratamento dos colaboradores no acesso à formação.	Dirigentes; Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Baixa	Baixa	Fraco	- Diagnóstico de necessidades formativas; - Promoção de ações de sensibilização /formação interna.
	Contratações sucessivas com a mesma entidade formadora.	Dirigentes; Diretor de Serviços DSIGA; Chefe de Divisão DORH; Técnicos da U.O.	Média	Baixa	Fraco	- Seguir os trâmites do CPP.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DPGI – Divisão de Planeamento e Gestão da Informação						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Acesso à documentação de arquivo e biblioteca	Deficiente acondicionamento, conservação, utilização e manuseamento dos documentos.	Chefe de Divisão; Técnicos da U.O.	Baixa	Baixa	Fraco	- Ações periódicas de verificação do cumprimento das regras de utilização/manuseamento e conservação dos documentos.
	Extravio de documentação.	Chefe de Divisão; Técnicos da U.O.	Média	Baixa	Fraco	- Ficha de utilizador de Biblioteca atualizada e acompanhamento de utilizadores da biblioteca /investigadores.
Gestão dos conteúdos e imagem da DGADR	Deficiente informação prestada devido a incorreções ou desatualização dos conteúdos no site da DGADR/Intranet.	Chefe de Divisão; Técnicos da U.O..	Média	Baixa	Fraco	- Revisão periódica de conteúdos, com acompanhamento e atualização sistemática dos conteúdos sensibilizando as áreas responsáveis pelas temáticas para a sua atualização contínua e continuada.
	Promoção inadequada da imagem visual da DGADR.	Chefe de Divisão; Técnicos da U.O.	Média	Baixa	Fraco	- Criação de templates da DGADR de acordo com as regras do manual de identidade do Ministério a disponibilizar na Intranet; - Concepção de materiais de divulgação de acordo com as regras do manual de identidade do Ministério.
Respostas a pedidos de informação	Respostas inadequadas aos pedidos de informação, morosidade das respostas.	Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DPGI; Chefes de Divisão e Técnicos das restantes Unidades Orgânicas (U.O.)	Média	Média	Moderado	- Proceder à análise e tratamento de solicitações apresentadas por clientes em articulação, quando se justifique, com as unidades orgânicas da DGADR e restantes Organismos do MAFDR e monitorização das respostas aos pedidos quando rececionados via site.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DPGI – Divisão de Planeamento e Gestão da Informação						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Divulgação de informação	Informação relevante não acessível a todos os funcionários.	Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DPGI .	Baixa	Baixa	Fraco	- Publicitação na Intranet dos conteúdos relevantes para os funcionários e sensibilização para que a Intranet seja o canal privilegiado para a divulgação da Informação.
Aquisição de Bens e Serviços	Incumprimento de disposições legais devido à complexidade e diversidade dos diplomas em vigor.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Reforço do controlo interno na tramitação dos processos. Formação adequada.
	Falta de independência dos técnicos envolvidos no procedimento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Verificar a independência dos trabalhadores intervenientes e os eventuais conflitos de interesses; - Exigência de entrega de declaração de impedimento, sob a forma escrita, a juntar ao processo.
	Impedimento dos potenciais concorrentes em participar nos procedimentos aquisitivos.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- As peças dos procedimentos devem prever a necessidade de entrega de declaração de impedimentos legais a ser apresentados com proposta.
	Não ser efetuada uma análise clara, isenta, imparcial e transparente de todos os fatores e subfatores de avaliação.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Os critérios de adjudicação e modelo de avaliação das propostas deverão ser (quando aplicável) previamente enunciados nas peças dos procedimentos, de forma objetiva, sendo as matrizes de avaliação elaboradas e testadas <i>à priori</i> .
	Fracionamento de despesa.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Assegurar que o procedimento é realizado pelo valor global.
	Exclusão indevida ou mal fundamentada dos concorrentes.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Todas as exclusões deverão ser devidamente fundamentadas no relatório preliminar, tendo por base a legislação que suporta os motivos de exclusão e demais instrumentos aplicáveis.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DPGI – Divisão de Planeamento e Gestão da Informação						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Aquisição de Bens e Serviços	A decisão de adjudicação não ser comunicada a todos os concorrentes.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Baixa	Baixa	Fraco	- Obrigatoriamente deverá existir o direito de audiência prévia, notificando todos os concorrentes do projeto de decisão de adjudicação, acolhendo o relatório final, as eventuais pronúncias decorrentes de audiência prévia proferidas por cada concorrente.
	Desconformidade na elaboração da minuta do contrato face à proposta vencedora.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão e Júri do procedimento.	Baixa	Baixa	Fraco	- A minuta de contrato deverá ser elaborada respeitando as peças e demais documentos do procedimento e conteúdo da proposta adjudicada, não podendo incluir prestações que não foram colocadas no objeto de contratação.
	As necessidades de contratação justificadas não se encontrarem devidamente justificadas.	Técnicos que elencam as necessidades e respetivas chefias	Baixa	Baixa	Fraco	- Exigir justificação para as necessidades requeridas.
Elaboração dos Instrumentos de Gestão (Quadro de Avaliação e Responsabilização, Plano de Atividades e Relatório de Atividades)	Não cumprimento dos prazos estipulados para entrega à DPGI dos dados solicitados às U.O.	Diretores de Serviço das várias U.O.	Baixa	Baixa	Fraco	- Monitorização e envio de lembretes para a necessidade do cumprimento dos prazos.
	Não cumprimento dos prazos legais para entrega dos documentos aos órgãos competentes.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O.; Diretores de Serviços das várias U.O.	Baixa	Baixa	Fraco	- Solicitação com a antecedência devida dos elementos às U.O. - Envio de lembretes alertando para o cumprimento dos prazos.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Informação, Gestão e Administração (DSIGA)						
Unidade Flexível : DPGI – Divisão de Planeamento e Gestão da Informação						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Acesso à informação na área das TIC	Risco de acesso indevido a dados dos sistemas de informação da DGADR .	Chefe de Divisão; Técnicos da área de Informática.	Média	Média	Moderado	- Optimizar procedimentos de controlo de acessos, autorização e autenticação e definição de perfis e permissões.
	Risco de perda, modificação ou adulteração de informação por intrusão.	Chefe de Divisão; Técnicos da área de Informática.	Alta	Média	Elevado	- Investir permanentemente em infraestruturas e software de segurança.
	Risco de utilização indevida de passwords.	Chefe de Divisão; Técnicos da área de Informática.	Média	Baixa	Fraco	- Sensibilizar para a política de “password forte”, bem como a mudança periódica de password .
	Risco de não serem realizados backups às pastas de rede com regularidade.	Chefe de Divisão; Técnicos da área de Informática.	Média	Baixa	Fraco	- Promover a separação da informação por graus de impacto na perda reduzindo o volume da informação para backups diários, semanais, mensais. - Dotar a informática de infra-estrutura e software adequado aos backups em ambiente virtualizado.
Gestão de equipamentos afetos à área (equipamentos informático /tecnológico)	Risco de extravio de equipamento utilizado por funcionários em atividades externas.	Chefe de Divisão; Técnicos da área de Informática.	Média	Baixa	Fraco	- Preenchimento de ficha de requisição/entrega do material, assinada pelo funcionário e validada pela chefe de Divisão da DPGI

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)						
Unidade Flexível : DAEA – Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Aquisição de estudos e serviços	Favorecimento na escolha do adjudicatário.	Ministro; Secretário de Estado; Diretor-Geral, Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Diversificar a composição do júri; - Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento.
Emissão de pareceres sobre operações de Emparcelamento	Favorecimento de entidade beneficiária de emparcelamento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento.
Arrendamento de parcelas da Reserva de Terras do Emparcelamento	Favorecimento da escolha do arrendatário.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Baixa	Baixa	Fraco	- Aviso afixado em locais públicos na área onde se situam os prédios a arrendar com indicação de: data limite para apresentação de propostas, critérios para estabelecimento da renda e critérios de seleção dos candidatos; ou - Inserção no sistema de informação Bolsa de Terras; ou - Lista de documentação apresentada; - Manual de procedimento.
Concursos de terras do estado no âmbito da Bolsa de Terras (BT)	Favorecimento da escolha do arrendatário.	Ministro; Secretário de Estado; Diretor-Geral, Diretor de Serviços ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento.

Fraco **Moderado** **Elevado**

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)						
Unidade Flexível : DAEA – Divisão de Apoio às Explorações Agrícolas						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Reconhecimento e acompanhamento de entidades para a prestação de serviços de aconselhamento agrícola e florestal	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Baixa	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Anúncio do início do processo de reconhecimento e caderno de encargos divulgados na página da internet da DGADR; - Publicitar na página da internet da DGADR a identificação de todas as entidades reconhecidas; - Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento.
	Favorecimento na seleção da amostra de acompanhamento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Baixa	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimento aprovado pelo órgão competente Diretor-Geral (DG); - Seleção aleatória das entidades a acompanhar; - Ficha de acompanhamento; - Manual de procedimento; - Ações realizadas por dois técnicos.
Reconhecimento de técnicos para a prestação de serviços de apoio técnico em “Modo de Produção Integrada” e “Modo de Produção Biológico”	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Baixa	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento; - Publicitar na página da internet da DGADR a identificação dos técnicos reconhecidos.
Inspecção de tratores agrícolas usados para efeitos de atribuição de matrícula	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos a verificar.	Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento; - Relatório final; - Verificação fotográfica.

Fraco Moderado Elevado

Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Homologação de tratores	Facilitar a verificação e comprovação dos dados técnicos a verificar.	Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Média	Baixa	Fraco	- Processo de homologação na plataforma Homologações.
Gestão do benefício fiscal ao gasóleo colorido e marcado	Facilitar a verificação e comprovação dos dados técnicos a verificar para seleção da amostra de acompanhamento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DAEA.	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem e seleção de amostras de acompanhamento.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)						
Unidade Flexível : DQRG – Divisão da Qualidade dos Recursos Genéticos						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade *	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Aquisição de estudos e serviços	Favorecimento na escolha do adjudicatário.	Ministro; Secretário de Estado; Diretor-Geral; Júri do Procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Diversificar a composição do júri; - Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento.
Emissão de pareceres sobre pedidos de derrogação às regras da produção biológica	Favorecimento de entidade ou operador requerente do pedido de derrogação.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DQRG	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Procedimento operativo.
Validação de Certificados de importação de produtos biológicos	Favorecimento de entidade requerente do pedido de validação.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DQRG	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Procedimento operativo.
Auditoria de Organismos de Certificação (OC)	Favorecimento na seleção de critérios de avaliação e favorecimento da avaliação do OC em sede de auditoria.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DQRG	Média	Baixa	Fraco	- Plano aprovado pelo órgão competente (DG); - PI de auditorias aprovado pelo órgão competente (DG); - Preparação de check list; - Equipa auditora constituída por dois auditores.
	Facilitar a verificação e comprovação da informação, documentos e factos suscitados pela auditoria.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DQRG	Média	Baixa	Fraco	- Relatório de auditoria; - Processo de contraditório; - Informação final com propostas.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)						
Unidade Flexível : DQRG – Divisão da Qualidade dos Recursos Genéticos						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Reconhecimento de organismo de controlo e certificação	Facilitar a verificação e comprovação da informação, documentos do processo de reconhecimento OC.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DQRG	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Listagem de documentação apresentada; - Procedimento operativo; - Check list de avaliação; - Publicitar na página da internet da DGADR a identificação de todas as entidades reconhecidas.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Promoção da Atividade Agrícola (DSPAA)						
Unidade Flexível : DGRN – Divisão de Gestão dos Recursos Naturais						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Aquisição de estudos e serviços	Favorecimento na escolha do adjudicatário.	Ministro; Secretário de Estado; Diretor-Geral; Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	- Diversificar a composição do júri; - Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento.
Emissão de pareceres sobre Procedimento Operativo no âmbito da Ação 7.1 Poupança de água	Favorecimento de entidade proponente do projeto.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DGRN	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento.
Emissão de pareceres técnicos a pedido de entidades externas sobre a aplicação da Diretiva Nitratos	Favorecimento de entidade requerente do parecer.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DGRN	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento.
Emissão de pareceres técnicos a pedido de entidades externas sobre a aplicação do NREAP	Favorecimento de entidade requerente do parecer.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DGRN	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento.
Reconhecimento de técnicos responsáveis para Valorização Agrícola de Lamas	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DGRN	Baixa	Baixa	Fraco	- Listagem de documentação apresentada; - Manual de procedimento; - Publicitar na página da internet da DGADR a identificação dos técnicos reconhecidos.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços do Território e dos Agentes Rurais (DSTAR)						
Unidade Flexível : DOER – Divisão do Ordenamento do Espaço Rural						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Pedidos de Exclusão de Prédios ou Parcelas de Prédios de Aproveitamentos Hidroagrícolas	Favorecimento de privados com possibilidade de construção.	Ministro; Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DOER	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de pareceres técnicos da Unidade Orgânica e verificação pelo Chefe de Divisão e Diretor de Serviços e Diretor-Geral; - Áreas previamente destinadas a exclusão.
Pedidos de Parecer de utilizações não agrícolas de solos de Aproveitamentos Hidroagrícolas	Favorecimento de privados com possibilidade de construção.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DOER	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Os elementos de decisão, cartografia e memórias descritivas a título oficial, previamente à emissão de qualquer parecer; - Normativos que indicam possibilidades de construção; - Utilização de Cartografia de pormenor.
Classificação de solos em sede dos Planos de Ordenamento do Território.	Favorecimento de privados ou Organizações na Reclassificação do solo de rural para urbano, com a criação de mais valias.	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), Comissão de Acompanhamento (CA), Proposta: Votação no âmbito da CA e pareceres setoriais de várias entidades. Diretor de Serviços, Chefe de Divisão e Técnicos da U.O. DOER	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Acautelar situações de impedimento ou interesses particulares por parte do representante na CA. . - Triagem dos representantes nas CA Assegurar a rotatividade da representação nas CA. - Elaboração de pareceres técnicos da Unidade Orgânica e Verificação pelo Chefe de Divisão e Diretor Serviços; - Contactos somente a nível oficial e por escrito; - Envolvimento permanente do superior hierárquico nos contactos; - Várias entidades envolvidas na decisão; - Uniformização dos procedimentos; - Aplicação de Manual de Procedimentos elaborado na DOER.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços do Território e dos Agentes Rurais (DSTAR)						
Unidade Flexível : DDAAFA – Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Certificação setorial de entidades formadoras	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários à certificação setorial das entidades formadoras.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios; - Parecer elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR.
Reconhecimento de formadores (no âmbito da certificação setorial de entidades formadoras e da bolsa de formadores)	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao reconhecimento de formadores.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios; - Parecer elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR.
Validação de coordenadores de ações de formação	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários à validação dos coordenadores.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios; - Parecer elaborado por técnico designado - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR

Fraco **Moderado** **Elevado**

Direção de Serviços do Território e dos Agentes Rurais (DSTAR)						
Unidade Flexível : DDAAFA – Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Homologação de ações de formação	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários à realização das ações: - Elegibilidade dos formandos; - Enquadramento de formadores e coordenadores; - Existência e condições das Infraestruturas físicas e recursos técnico-pedagógicos.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	- Existência no processo de toda a Informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios; - Parecer elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR.
Acompanhamento técnico-pedagógico das ações de formação	Facilitar a verificação das condições de realização das ações de formação.	Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	- Existência no processo de homologação de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios; - Relatório elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR.
Validação da execução de ações e reconhecimento de certificados de formandos	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos da realização das ações: - Elegibilidade dos formandos; - Enquadramento de formadores e coordenadores; - Existência e condições das Infraestruturas físicas e recursos técnico-pedagógicos; - Assiduidade de formadores e formandos; - Aproveitamento dos formandos; - Reconhecimento dos certificados de formação.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	- Existência no processo de homologação de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios; - Relatório elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR.

Fraco **Moderado** **Elevado**

Direção de Serviços do Território e dos Agentes Rurais (DSTAR)						
Unidade Flexível : DDAAFA – Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Emissão de pareceres de equivalência de formação adquirida (no âmbito do acesso a medidas com apoio comunitários e do enquadramento em áreas temáticas regulamentadas)	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao enquadramento na regulamentação específica.	Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de regulamentação específica; - Parecer elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR.
Reconhecimento da natureza agrícola das cooperativas.	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao enquadramento na regulamentação específica.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios/Relatório com despacho da DRAP; - Parecer elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR; -Divulgação das cooperativas reconhecidas na página internet da DGADR.
Reconhecimento de Sociedades de Agricultura de Grupo	Facilitar a verificação e comprovação dos elementos necessários ao enquadramento na regulamentação específica.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica e de manual “Procedimentos”; - Check-list para confirmação dos documentos obrigatórios/ Relatório com despacho da DRAP; - Parecer elaborado por técnico designado; - Validação do parecer pela DDAAFA/DSTAR; -Divulgação das Sociedades de Agricultura de grupo reconhecidas na página internet da DGADR .

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços do Território e dos Agentes Rurais (DSTAR)						
Unidade Flexível : DDAAFA – Divisão da Diversificação da Atividade Agrícola, Formação e Associativismo						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Processos TER (Turismo em Espaço Rural) – análise quanto à localização	Facilitar a análise quanto à localização.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica; - Parecer elaborado por técnico da DDAAFA, quanto à localização dos empreendimentos
Processos Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal (UPA), relativos a bens alimentares	Facilitação do reconhecimento do estatuto de artesão e/ou da Unidade produtiva artesanal.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços ; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DDAAFA; Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património (CEARTE)/Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP) - Entidade responsável final.	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Existência no processo de toda a informação necessária à decisão; - Existência de regulamentação específica e de manual "Procedimentos"; - Parecer elaborado por técnico da DDAAFA, quanto aos processos de bens alimentares; - Aprovação e homologação por parte do IEFP, com base nas atas das reuniões do Grupo Técnico do Estatuto.
Aquisição de bens e serviços	Favorecimento na escolha do adjudicatário.	Diretor-Geral; Júri do procedimento.	Média	Baixa	Fraco	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar a composição do júri; - Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento; - Caderno de encargos e critérios predefinidos e aprovados pela Direção.

Fraco **Moderado** **Elevado**

Direção de Serviços de Regadio (DSR)						
Unidade Flexível : DIH – Divisão de Infraestruturas Hidráulicas						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Aquisição de Estudos e Serviços	Adjudicação: Favorecimento na escolha do Adjudicatário.	Ministro; Secretário de Estado; Diretor-Geral; Júri do Procedimento.	Alta	Baixa	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar a composição do júri; - Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet; - Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento; - Apresentação de declaração de não impedimento; - Impedir que quem participou na elaboração das peças dos procedimentos integre os respectivos júris; - Assegurar a identificação do técnico que preparou o procedimento.
	- Elaboração de cláusulas técnicas: Favorecimento de fornecedores de materiais ou equipamentos a aplicar.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DIH	Alta	Baixa	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Omissão de quaisquer marcas comerciais ou mesmo a referência "tipo"; - Quem preparar as cláusulas técnicas pode integrar o júri do procedimento mas será sempre minoritário.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Regadio (DSR)						
Unidade Flexível : DER - Divisão de Engenharia Rural						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Empreitadas de Obras Públicas e Prestações de Serviços com elas relacionadas	Adjudicação: Favorecimento na escolha do Adjudicatário enquanto Serviço de origem de elementos que integram Júris de Procedimento.	Ministro; Diretor-Geral; Júri do Procedimento.	Alta	Baixa	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificar a composição do júri; - Nomeações rotativas por Ordens de Serviço Publicadas na Intranet; - Acautelar situações de impedimento na composição do júri ou de quem preparar o procedimento; - Apresentação de declaração de não impedimento ; - Assegurar a identificação dos técnicos e entidades que preparam o procedimento; - Assegurar que são cumpridas todas as regras legalmente estabelecidas relativamente à transparência e audiências de interessados nos processos concursais.
	Elaboração de Peças de Procedimentos para contratação pública: Favorecimento de empreiteiros, prestadores de serviços ou fornecedores de materiais e equipamentos a aplicar.	Ministro; Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DER; Projetistas.	Alta	Baixa	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Omissão de quaisquer marcas comerciais ou mesmo a referência "tipo"; - Quem preparar as Peças de procedimento pode integrar o júri do procedimento mas será sempre minoritário; - Diversificação da entidades a convidar no caso dos procedimentos por Ajuste Direto ou Consulta Prévia.

a) É pedida uma declaração aos intervenientes em como não têm qualquer tipo de impedimento por conhecimento ou grau de parentesco de forma directa ou indirecta com o indemnizado e/ou expropriado

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Regadio (DSR)						
Unidade Flexível : DER - Divisão de Engenharia Rural						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Empreitadas de Obras Públicas	Fiscalização da Empreitada: Favorecimento do Adjudicatário e fornecedores de materiais e equipamentos.	Diretor-Geral; Eng.º Fiscal (Dono de obra); Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Fiscais de Campo.	Alta	Baixa	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Evitar que a equipa de fiscalização integre mais do que um elemento do júri do procedimento; - Justificação fundamentada dos trabalhos a mais (caso existam) e de acordo com a legislação em vigor; - A equipa de fiscalização só será nomeada em Ordem de Serviço após conhecimento do adjudicatário; - A equipa de vistoria para as recepções não incluirá qualquer elemento da fiscalização.
Indemnizações Cálculo do Valor da Indemnização	Favorecimento por avaliação mais elevada a algum proprietário.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços; Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DER	Alta	Baixa	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de tabelas com bases de avaliação para culturas e benfeitorias, elaboradas por Peritos avaliadores do Ministério da justiça.

Fraco Moderado Elevado

Direção de Serviços de Regadio (DSR)						
Unidade flexível : DIR – Divisão do Regadio						
Processos / Atividades suscetíveis de risco	Riscos identificados	Intervenientes (Responsabilidade)	Gravidade	Probabilidade de Ocorrência	Grau de Risco	Medidas Preventivas
Análise dos relatórios anuais de gestão e contas, orçamentos e planos de actividade das entidades gestoras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas.	Possibilidade de eventual encobrimento da situação financeira e das práticas de gestão de uma determinada entidade gestora.	Diretor de Serviços;Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DIR.	Baixa	Baixa	Fraco	Análise por mais de um técnico e discussão do resultado encontrado com o Chefe de Divisão, com base numa grelha de indicadores a observar.
Emissão de Autos de emparcelamento.	Risco de contexto pela possibilidade de favorecer a conclusão do processo de um proprietário relativamente ao de outros, dado o grande número de processos de autos, face ao reduzido número de técnicos disponíveis para o efeito e à pressão exercida pelos interessados.	Diretor-Geral; Diretor de Serviços;Chefe de Divisão; Técnicos da U.O. DIR.	Baixa	Baixa	Fraco	Aumentar os meios humanos, o que permitiria envolver, com maior frequência, mais de um técnico no processo. A eventual ocorrência de reclamações de quem se considere lesado pelo tempo decorrido para a celebração do respectivo Auto, também constituirá um alerta a ter em consideração para obviar as referidas situações.

Fraco **Moderado** **Elevado**

6. Controlo e monitorização do Plano

O Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas da DGADR é um instrumento de gestão dinâmico, pelo que deve ser acompanhado na sua execução. Cada unidade orgânica é responsável pela sua implementação.

Neste contexto, é importante uma monitorização contínua que culmina numa avaliação anual relativa à execução das Medidas de Prevenção preconizadas no presente Plano.

O Relatório de execução Anual, após aprovação da Direção será enviado, tal como recomendação formulada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção aos Órgãos de Tutela e controlo.

Lista de Abreviaturas

[illegible]

**Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
2018**

FICHA TÉCNICA

Edição: Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Coordenação: DSIGA/Divisão de Planeamento e Gestão da Informação

Série Programação nº 77

ISSN 0872-993X

Distribuição: DSIGA / DPGI - Divisão de Planeamento e Gestão da Informação
Av. Afonso Costa, 3 1949-002 LISBOA
Tel. 21 844 22 00 <http://www.dgadr.pt>

©2018 DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL (DGADR)
RESERVADOS TODOS OS DIREITOS, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, À
DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - DGADR
Av. Afonso Costa, 3 - 1949-002 LISBOA